

SP e Piauí obtêm liminar por ICMS

São Paulo poderá compensar perdas com arrecadação de tributo

DE BRASÍLIA

Os governos de São Paulo e Piauí obtiveram uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo a compensação imediata das perdas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com a redução das alíquotas de combustíveis, energia elétrica e comunicações por meio do abatimento do pagamento de dívidas com a União.

Maranhão e Alagoas já tinham obtido decisões semelhantes. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) espera um efeito cascata, com outros governadores conseguindo o mesmo.

A redução do ICMS, com a fixação de um teto entre 17% e 18% para as alíquotas, foi aprovada pelo Congresso. A lei fala em compensar as perdas que excederem 5%, calculadas mês a mês. “O ministro Alexandre de Moraes decidiu em favor da Constituição e do pacto federativo”, afirma o secretário estadual da Fazenda, Felipe Salto.

O Ministério da Economia argumenta que a lei manda deduzir as perdas ocorridas no exercício de 2022 decorrentes da redução da arrecadação que exceda 5% em relação à receita do ano passado.

A compensação seria feita em 2023. “Não há que se falar em antecipação de va-



Congresso aprovou redução da alíquota do ICMS sobre combustíveis

REAÇÃO

“O ministro (do STF) Alexandre de Moraes decidiu em favor da Constituição e do pacto federativo”

Felipe Salto
Secretário estadual da Fazenda

lores que ainda não foram apurados”, comenta a Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento.

Segundo ele, o governador Rodrigo Garcia (PSDB), foi a Brasília no início das negociações com o Congresso justamente para garantir a compensação. “Agora, a justiça é feita. Ganha o Brasil. Diversos estados es-

tão na mesma direção”.

Durante a votação do projeto de desoneração do ICMS e de outro que trata da mudança da forma de cobrança do tributo estadual sobre os combustíveis, especialistas em contas públicas alertaram para o risco do corte de tributos ser bancado pelo Governo Federal depois de disputas na Justiça.

“O Governo Federal se meteu na arrecadação dos estados e isso virou uma bagunça fiscal, porque já tem estado indo ao Supremo para deixar de pagar o refinanciamento da dívida com a União”, diz o professor da FGV Renato Fraggelli, “Tudo isso por um populismo pré-eleitoral”. (Estadão Conteúdo)